



<b>Processo nº</b>	13784.720172/2016-41
<b>Recurso</b>	Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2002-001.663 – 2<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 2<sup>a</sup> Turma Extraordinária</b>
<b>Sessão de</b>	24 de outubro de 2019
<b>Recorrente</b>	MARCIO ANTONIO VICENTE LEITAO
<b>Interessado</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)**

Ano-calendário: 2013

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS**

Na omissão de rendimentos, não pode ser levado em conta erros que trazem benefícios exclusivos ao recorrente.

**DEDUÇÃO. PREVIDÊNCIA OFICIAL.**

Cabe única e exclusivamente ao recorrente, produzir provas para beneficiar-se das deduções pretendidas.

**DEDUÇÃO. DESPESAS MÉDICAS.**

A mera alegação de que não possui mais os documentos probatórios não afasta a manutenção da glosa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Votou pelas conclusões a conselheira Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez.

(documento assinado digitalmente)

Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (Presidente), Virgílio Cansino Gil, Thiago Duca Amoni e Mônica Renata Mello Ferreira Stoll.

**Relatório**

Trata-se de Recurso Voluntário (fl. 65) contra decisão de primeira instância (fls. 51/54), que julgou improcedente a impugnação do sujeito passivo.

Em razão da riqueza de detalhes, adoto o relatório da r. DRJ, que assim diz:

*Por meio de Notificação de Lançamento de fls. 7 a 13, foi alterado o resultado da declaração de Imposto a Restituir, no valor de R\$ 605,23, para Imposto de Renda Pessoa Física, código 2904, no valor de R\$ 3.310,75, acrescido da multa de ofício de 75% e dos juros de mora, relativamente ao ano-calendário de 2013.*

*De acordo com a Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal contidos no feito (fls. 8 a 11), o lançamento foi efetuado em virtude da constatação das irregularidades seguintes:*

*a) Omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, no valor total, R\$ 16.068,36, valor este recebido pelo dependente Diogo Medina Simonetti Leitão (CPF n.º 124.080.747-38) e declarado por meio de DIRF pela fonte pagadora Eságua Engenharia Indústria e Comércio Ltda (CNPJ n.º 32.110.850/0001-39) e não informados pelo contribuinte na declaração de ajuste anual;*

*b) Dedução indevida de contribuição para a previdência oficial, no valor de R\$ 894,96, tendo em vista a falta de comprovação da regularidade da dedução;*

*c) Dedução indevida de despesas médicas, no valor total de R\$ 12.937,92, tendo em vista a falta de comprovação da regularidade da dedução, o que ensejou a glosa das deduções pleiteadas conforme evidenciado no demonstrativo seguinte:*

Seq.	CPF/CNPJ	Nome / Nome Empresarial	Cod.	Declarado	Reembolsado	Alterado
01	034.325.657-63	DIOGO MACIEL GUIMARAES	011	2.850,00	0,00	0,00
02	07.042.453/0001-20	ENDOSERV - ENDOSCOPIA DIGESTIVA	021	4.120,00	0,00	0,00
03	68.709.211/0001-31	UNIMED RESENDE RJ COOPERATIVA D	026	6.848,00	0,00	880,08

*No ponto esclarece a fiscalização que o contribuinte não apresentou documentação comprobatória das despesas relacionadas a Diogo Maciel Guimarães e Endoserv – Endoscopia Digestiva, ao passo que relativamente à Unimed Resende a documentação apresentada comprovou apenas parte da despesa médica declarada.*

*Inconformado com o lançamento, o contribuinte apresentou a impugnação de fls. 3 e 4, acompanhada dos documentos juntados às fls. 17 a 34, onde, em síntese:*

*Relativamente à imputação de omissão de rendimentos, alega que tais rendimentos foram recebidos, em 2013, por Diogo Medina Simonette Leilão (CPF n.º 124.080.747-38), que foi incluído de maneira equivocada como dependente em sua declaração, pois, no aludido período, o mesmo já tinha 25 anos de idade;*

*Quanto à imputação de dedução indevida de contribuição para a previdência oficial, sustenta a regularidade da dedução pleiteada em face dos documentos apresentados na presente fase contenciosa;*

*Quanto à imputação de dedução indevida de despesas médicas, alega que, em virtude da mudança de domicílio para outra cidade, não possui mais os comprovantes de pagamento relativos às despesas em exame.*

Inconformado, o contribuinte apresentou Recurso Voluntário, juntando documentos.

Em 18/04/2018, o julgamento foi convertido em diligência para que unidade preparadora requeresse e juntasse aos autos, cópia legível do documento da fl. 67.

É o relatório. Passo ao voto.

## Voto

Conselheiro Virgílio Cansino Gil, Relator.

Recurso Voluntário aviado a modo e tempo, portanto dele conheço.

O contribuinte foi cientificado em 09/09/2016 (fls. 62 e 64); Recurso Voluntário protocolado em 10/10/2016 (fl. 65), assinado pelo próprio contribuinte.

Em resposta à diligência do julgamento primeiro, a unidade preparadora juntou aos autos, o documento de fl. 85 e o despacho de fl. 86.

Responde o contribuinte nestes autos, pelas seguintes infrações:

a) Omissão de Rendimentos do Trabalho com Vínculo e/ou sem Vínculo Empregatício;

b) Dedução Indevida de Previdência Oficial Relativa à Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica;

c) Dedução Indevida de Despesas Médicas.

Relata o Sr. AFRF:

**- Omissão de Rendimentos do Trabalho com Vínculo e/ou sem Vínculo Empregatício**

*Da análise das informações e dos documentos apresentados pelo contribuinte, e/ou das informações constantes dos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, constatou-se a omissão de rendimentos do trabalho do trabalho com vínculo e/ou sem vínculo empregatício, sujeitos à tabela progressiva, no valor de R\$ \*\*\*\*\*16.068,36, recebido(s) pelo titular e/ou dependentes...*

*Na apuração do imposto devido, foi compensado o Imposto Retido na Fonte (IRRF) sobre os rendimentos omitidos no valor de R\$ \*\*\*\*\*45,38.*

*Inclusão de rendimento conforme informações prestadas em DIRF pela fonte pagadora.*

**- Dedução Indevida de Previdência Oficial Relativa à Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica**

*Da análise das informações e dos documentos apresentados pelo contribuinte, e/ou das informações constantes dos sistemas da Secretaria da Receita Federal do Brasil, constatou-se deduções indevidamente declaradas a título de Contribuição a Previdência Oficial, pelo titular e/ou dependentes, no valor de R\$ \*\*\*\*\*894,96...*

*Contribuinte não apresentou comprovantes de recolhimento da previdência oficial, conforme requisitado na intimação.*

#### **- Dedução Indevida de Despesas Médicas**

*Glosa do valor de R\$ \*\*\*\*\*12.937,92, indevidamente deduzido a título de Despesas Médicas, por falta de comprovação, ou por falta de previsão legal para sua dedução...*

*1) DIOGO MACIEL GUIMARAES e ENDOSERV – ENDOSCOPIA DIGESTIVA E GASTROENTEROLOGIA LTDA – M – Contribuinte não apresentou documentação comprobatória relativa a estas despesas.*

*2) UNIMED – Considerado somatório dos comprovantes de pagamento apresentados pelo contribuinte.*

A r. decisão revisanda, julgou improcedente, assim se manifestando:

*Pelo teor da impugnação, ora analisada, constata-se que a mesma é parcial, uma vez que o contribuinte não contesta expressamente a imputação de dedução indevida de despesas médicas, por falta de apresentação de documentos comprobatórios, no valor total de R\$ 12.937,92, eis que, bem ao contrário, o contribuinte até admite que não os possui para que possa apresentá-los.*

*A matéria não expressamente contestada é considerada não impugnada, nos termos do art. 17 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.*

*No caso dos autos, de plano, se verifica que a imputação de omissão de rendimentos recebidos pelo dependente declarado pelo impugnante, Diogo Medina Simonetti Leitão (CPF nº 124.080.747-38), no valor de R\$ 16.068,36, deve ser mantida, eis que o impugnante apenas alega, porém, não comprova que o indigitado dependente tinha 25 anos de idade no ano-calendário de 2013, caso em que não poderia se valer da dedução de dependente pleiteada na declaração de ajuste anual (RIR/99, art. 77, inciso III e § 2º) e que, aliás, não foi glosada pela fiscalização.*

*Quanto à imputação de dedução indevida de contribuição para a previdência oficial, no valor de R\$ 894,96, considero que melhor sorte não cabe ao impugnante que, para comprovar a regularidade da dedução pleiteada, juntou aos autos (fls. 17 a 34) cópias de guias de previdência social (GPS) referentes ao recolhimento de contribuição previdenciária feito pela empresa individual Márcio Vicente Leitão Produtos Alimentícios (EIRELI) segundo código de receita 2003 – Simples CNPJ.*

*Isto é, referidas guias, sem a apresentação das GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social)*

*correspondentes, não têm o condão de comprovar, de per si, que referidos valores dizem respeito exclusivamente à contribuição previdenciária do sócio, sobre o eventual pagamento de pró-labore, eis que uma empresa individual pode empregar ou utilizar o trabalho de outros segurados (funcionários ou autônomos), além do que, o pagamento de pró-labore pode até não ter ocorrido no citado ano-calendário, caso em que a contribuição previdenciária sequer diz respeito ao sócio da empresa, mas tão somente a outros segurados.*

(...)

*Logo, sem que o requerente tenha, no ponto, se desincumbido do ônus probatório que lhe cabe, considero que a glosa da dedução pleiteada, no valor de R\$ 894,96, deve ser mantida.*

Irresignado o contribuinte maneja recurso próprio, juntando documentos.

Após cumprida a diligência o processo está apto a ser julgado.

Alega o recorrente, que no título “Omissão de Rendimentos recebidos da Eságua Engenharia Ind. E Com. Ltda, não poderia ser imputado a sua declaração de rendimentos, porque seu filho à época dos fatos já era maior de idade, pois tinha 25(vinte cinco anos), e que por um erro constou em sua DAA. Razão não assiste ao recorrente, pois não se trata de mero erro, pois o recorrente no momento de fazer as deduções, obteve o benefício de deduzir o dependente no valor de R\$ 2.063,64, conforme fl. 38, às vezes o tiro sai pela culatra. Mantendo.

Quanto às despesas médicas a pagar, é o próprio recorrente que afirma que não pode comprovar as despesas, pois não possui mais os documentos, em assim sendo, a r. decisão deve ser mantida.

Relativamente a Dedução de previdência privada, o recorrente alega que as comprovações já foram encaminhadas quando da impugnação efetuada em 16/06/2016. Pelo fato do recorrente não ter combatido pontualmente a r. decisão primeira, este relator reproduz o decidido.

*Quanto à imputação de dedução indevida de contribuição para a previdência oficial, no valor de R\$ 894,96, considero que melhor sorte não cabe ao impugnante que, para comprovar a regularidade da dedução pleiteada, juntou aos autos (fls. 17 a 34) cópias de guias de previdência social (GPS) referentes ao recolhimento de contribuição previdenciária feito pela empresa individual Márcio Vicente Leitão Produtos Alimentícios (EIRELI) segundo código de receita 2003 – Simples CNPJ.*

*Isto é, referidas guias, sem a apresentação das GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social) correspondentes, não têm o condão de comprovar, de per si, que referidos valores dizem respeito exclusivamente à contribuição previdenciária do sócio, sobre o eventual pagamento de pró-labore, eis que uma empresa individual pode empregar ou utilizar o trabalho de outros segurados (funcionários ou autônomos), além do que, o pagamento de pró-labore pode até não ter ocorrido no citado ano-calendário, caso em que a contribuição previdenciária sequer diz respeito ao sócio da empresa, mas tão somente a outros segurados.*

(...)

*Logo, sem que o requerente tenha, no ponto, se desincumbido do ônus probatório que lhe cabe, considero que a glosa da dedução pleiteada, no valor de R\$ 894,96, deve ser mantida.*

Assim nesta quadra de entendimento, mantenho a r. decisão primeira, por seus próprios fundamentos.

Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, conheço do Recurso Voluntário, e no mérito nega-se provimento.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

Virgílio Cansino Gil